



Vol 19, Núm 1, jan-jun, 2026, pág. 492 - 515

A Escola como agente social: diversidades, conflitos e formação dos sujeitos

The School as a social agent: diversities, conflicts and the formation of individuals.

L'école comme agent social: diversités, conflits et formation des individus.

Adrielly Oliveira Aires¹

Resumo:

A escola, enquanto instituição social, constitui-se como espaço central na formação dos sujeitos, na mediação das diversidades e na produção de sentidos socioculturais. As vivências dos atores escolares — estudantes, docentes, gestores e comunidade — revelam tensões, desigualdades e potencialidades que moldam o cotidiano escolar e influenciam diretamente os processos de socialização e desenvolvimento humano. Esta revisão integrativa analisou a produção científica sobre a escola como agente social, considerando 33 materiais inicialmente identificados e 26 documentos que atenderam aos critérios de elegibilidade. Os estudos evidenciam que fatores socioculturais, desigualdades educacionais, práticas pedagógicas, conflitos interpessoais e políticas institucionais condicionam as interações escolares e influenciam a formação dos sujeitos. As análises apontam que a escola tanto reproduz desigualdades estruturais quanto pode atuar como espaço de resistência, diálogo e transformação social. Conclui-se que compreender a escola como agente social exige reconhecer sua complexidade, a pluralidade de experiências vivenciadas em seu interior e a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, democráticas e contextualizadas.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: adriellyaires.work@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3259-6409>.



Palavras-chave: diversidade; escola; agente social; interações; social.

Abstract:

The school as a social institution plays a central role in shaping individuals, mediating diversity, and producing sociocultural meanings. The experiences of school actors — students, teachers, administrators, and the community — reveal tensions, inequalities, and potentialities that shape school routines and directly influence socialization and human development. This integrative review analyzed scientific production on the school as a social agent, considering 33 initially identified materials and 26 documents that met eligibility criteria. Findings indicate that sociocultural factors, educational inequalities, pedagogical practices, interpersonal conflicts, and institutional policies condition school interactions and influence the development of individuals. Studies show that schools both reproduce structural inequalities and act as spaces of resistance, dialogue, and social transformation. Understanding the school as a social agent requires acknowledging its complexity, the plurality of experiences lived within it, and the need for inclusive, democratic, and contextualized pedagogical practices.

Keywords: diversity; school; social agent; interactions; society.

Résumé

L'école, en tant qu'institution sociale, constitue un espace central dans la formation des individus, la médiation des diversités et la production de significations socioculturelles. Les expériences des acteurs scolaires – élèves, enseignants, administration et communauté – révèlent des tensions, des inégalités et des potentialités qui façonnent le quotidien scolaire et influencent directement les processus de socialisation et de développement humain. Cette revue intégrative analyse la production scientifique portant sur l'école en tant qu'agent social, en considérant 33 corpus initialement identifiés et 26 documents répondant aux critères d'éligibilité. Les études montrent que les facteurs socioculturels, les inégalités scolaires, les pratiques pédagogiques, les conflits interpersonnels et les politiques institutionnelles conditionnent les interactions scolaires et influencent la formation des individus. Les analyses indiquent que l'école reproduit les inégalités structurelles et peut constituer un espace de résistance, de dialogue et de transformation sociale. En conclusion, appréhender l'école comme agent social implique de reconnaître sa complexité, la pluralité des expériences vécues en son sein et la nécessité de pratiques pédagogiques inclusives, démocratiques et contextualisées.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Mots-clés : diversité ; école agent social; interactions; social.

A escola tem um papel fundamental na formação das pessoas, não só ensinando conteúdos, mas também sendo um espaço de convivência, troca de ideias, conflitos e construção de identidade. O ambiente escolar é influenciado por processos culturais e sociais complexos que impactam diretamente o crescimento pessoal e o desenvolvimento da cidadania. Por isso, entender a escola como um agente social envolve analisar as relações, práticas, discursos e experiências que acontecem lá.

Nesta revisão, vamos refletir sobre duas perguntas principais: (1) Como as interações e atividades na escola afetam o desenvolvimento social dos estudantes? (2) Quais fatores culturais e sociais influenciam o papel da escola como agente de transformação social?

Como as experiências dos atores escolares mostram as tensões e possibilidades do dia a dia escola? Para responder a essa pergunta, usamos uma abordagem chamada método PICO, adaptada ao contexto educacional. Essa técnica ajuda a organizar de forma clara os principais elementos necessários para a análise.

OBJETIVO GERAL

Analizar como as vivências dos atores escolares e os fatores socioculturais moldam a atuação da escola como instituição social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar evidências sobre experiências escolares.
- Analisar fatores de desigualdade e diversidade.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Compreender influências das práticas pedagógicas e da gestão
- Sintetizar os achados de modo crítico e interpretativo.

MATERIAIS E MÉTODO

A revisão integrativa foi escolhida por oferecer a possibilidade de compilar e analisar variados tipos de investigações — tanto teóricas quanto empíricas — que adotam diversas metodologias. Essa estratégia facilita uma visão mais abrangente sobre fenômenos complexos que marcam a realidade escolar. Segundo Whittemore e Knafl (2005), essa abordagem reúne rigor na metodologia com flexibilidade na análise, o que promove a formulação de sínteses robustas em campos que abrangem múltiplas áreas do saber.

A elaboração da questão de pesquisa foi guiada pelo método PICO. O elemento P (População) diz respeito aos indivíduos que fazem parte do meio escolar, incluindo alunos, educadores e outros profissionais. O elemento I (Intervenção/Exposição) refere-se às vivências e práticas que ocorrem nesse ambiente. O C (Comparação) abrange a análise entre variadas realidades e modelos de instituições de ensino. Por fim, o O (Resultado) refere-se às implicações sociais e educacionais que surgem dessas vivências. Essa abordagem metodológica ajuda a estruturar a complexidade das interações escolares em categorias analíticas mais definidas.

A escolha dos estudos foi realizada a partir dos documentos que estavam previamente organizados em uma tabela analítica. Foram selecionados trabalhos que tratavam da escola como um espaço social, levando em conta as experiências, interações e práticas dos participantes do ambiente escolar. Textos que não tinham uma conexão direta com o contexto escolar ou que não apresentavam uma metodologia clara



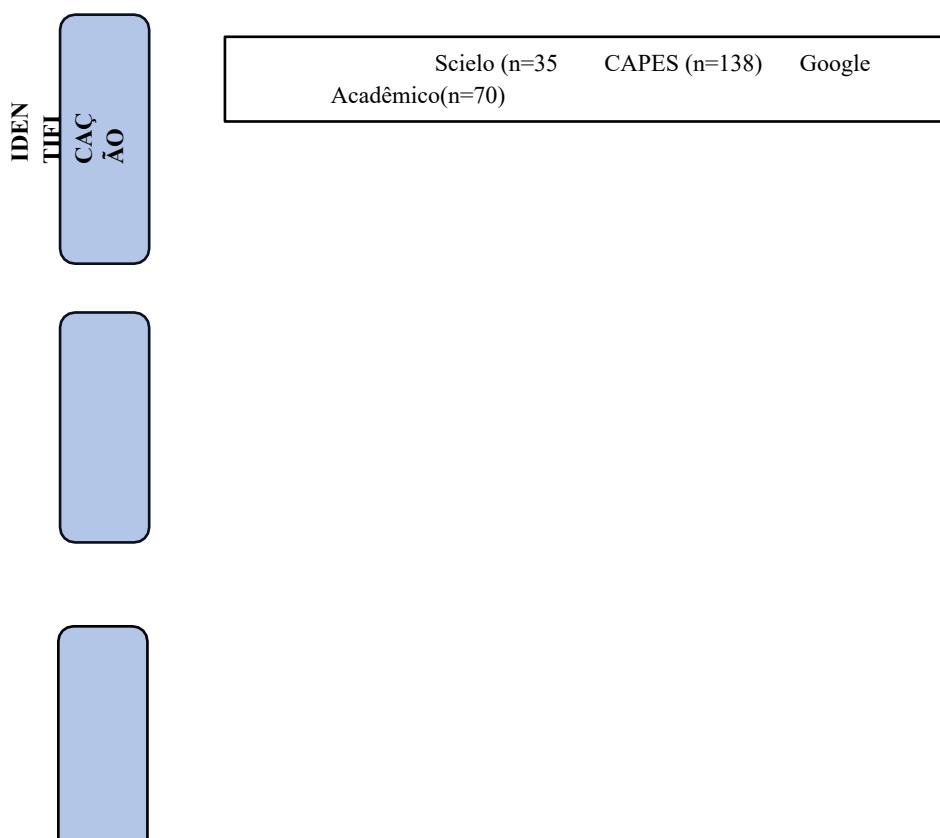
Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

foram descartados. Após a triagem e a leitura completa dos materiais, 26 documentos foram considerados apropriados para a análise deste estudo.

A investigação dos conteúdos abrangeu, entre os artigos, a identificação das metas da pesquisa, as metodologias utilizadas, os resultados obtidos e as conclusões tiradas. Nos materiais pedagógicos — incluindo livros e textos metodológicos — foram analisados os tipos de abordagem metodológica, a análise institucional e os princípios didáticos. Posteriormente, os resultados foram organizados em quatro categorias principais: (1) socialização e vivência escolar; (2) diversidade e desigualdade; (3) relações, conflitos e clima escolar; (4) a escola como agente político e discursivo

=

Figura 01. Fluxograma das buscas de seleção dos artigos da revisão de literatura.

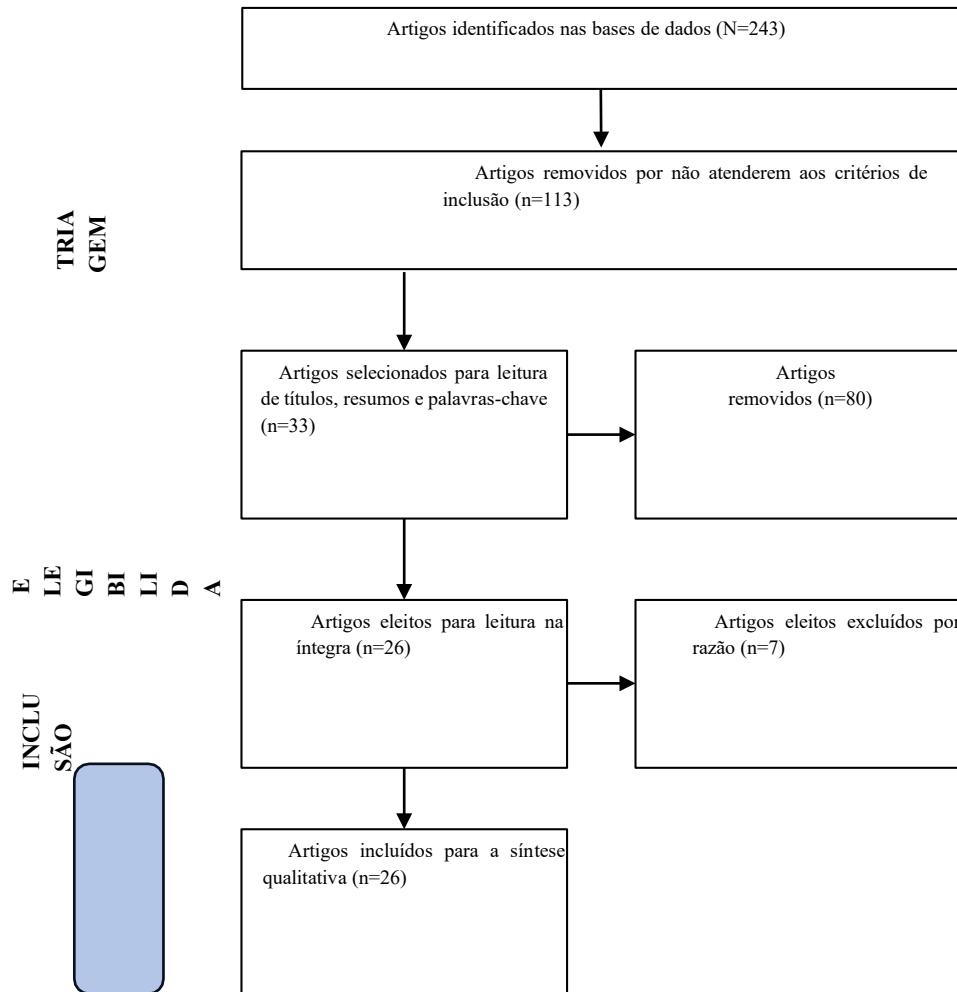




Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

RESULTADOS



A investigação detalhada dos 26 artigos possibilitou o surgimento de três categorias temáticas principais, que estruturaram o conhecimento resumidamente acerca do fenômeno da exclusão étnico-racial e suas consequências.

1ª Classificação: Relações, conflitos e clima escolar

A categoria tem como objetivo expor investigações relacionadas à percepção dos conflitos no que diz respeito às relações no ambiente escolar.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Thapa et al. (2013), objetivando avaliar o clima relacional em uma escola pública estadual de Educação Fundamental e Médio, analisando a dimensão das relações sociais que compõem o clima escolar, com foco nos conflitos e episódios de violência, conduziram um estudo com 59 estudantes do ensino fundamental II e dos 1º e 3º anos do ensino médio, em uma instituição de uma cidade do interior de São Paulo. Para a coleta de dados, utilizaram um questionário de avaliação do clima escolar, cujas respostas permitiram identificar situações graves de violência, incluindo intimidações entre alunos, porte de armas e tráfico de drogas no ambiente escolar. Após a análise, os resultados foram organizados e discutidos com docentes e gestores, possibilitando a reflexão sobre necessidades de mudança e potencialidades institucionais, com o intuito de buscar caminhos para superar dificuldades e fortalecer capacidades, contribuindo para a formação ética, crítica e autônoma dos estudantes da rede pública estadual.

Anunciação et al. (2022) conduziram uma investigação com o objetivo de descrever e examinar a criação de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no espaço escolar, em colaboração com a Atenção Primária à Saúde. Para isso, foi elaborada uma pesquisa-ação multiprofissional que consistiu em encontros formativos, rodas de conversa e intervenções colaborativas envolvendo a escola, a APS e a comunidade. Essas atividades possibilitaram o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e a organização de fluxos de cuidado mais sistemáticos, fortalecendo as articulações intersetoriais e a compreensão coletiva sobre a violência. Os resultados indicaram que a colaboração entre a escola e a APS é fundamental para promover um cuidado integral e prevenir violências, salientando a importância de práticas intersetoriais e processos colaborativos.

Fonseca e Negreiros (2021) realizaram um estudo qualitativo que tinha como objetivo examinar as práticas e exigências da Psicologia Escolar nos Institutos Federais do Piauí, buscando identificar sinais de uma transição de um modelo clínico tradicional para uma atuação institucional mais crítica e coletiva. O estudo foi baseado em



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

entrevistas com psicólogas da rede federal. A análise revelou uma evolução na superação do enfoque clínico individualizado, com uma expansão de ações institucionais, coletivas e socialmente engajadas no ambiente educacional. Os resultados mostram que a Psicologia Escolar nos IFPIs está se direcionando para uma prática mais social, política e contextualizada, favorecendo mudanças nas dinâmicas escolares.

Barros e Mazzotti (2009) buscaram investigar como os professores veem sua identidade profissional e como se organizam enquanto grupo dentro de uma "instituição psicossocial". Para tal, foi realizada uma pesquisa que aplicou questionários a docentes da rede municipal, explorando percepções sobre pertencimento, vínculos profissionais e estilos de liderança. Os resultados evidenciaram uma forte identidade coletiva, laços afetivos significativos e a presença de lideranças informais, que influenciam comportamentos e práticas no cotidiano escolar. O estudo destaca que a docência abrange dimensões sociais e afetivas que vão além do aspecto técnico, demonstrando que vínculos e relações impactam diretamente as práticas pedagógicas e a qualidade da educação.

Ferriani e Iossi (1998) objetivaram compreender como diferentes agentes sociais — famílias, profissionais da saúde e da educação — percebem o fracasso escolar e seus determinantes no âmbito do PROASE. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa que se baseou em entrevistas semiestruturadas e na análise de documentos. A investigação revelou diversas interpretações do fracasso escolar, abrangendo fatores sociais, emocionais, familiares e pedagógicos, e mostrando percepções divergentes entre os grupos envolvidos. Os achados indicam que o fracasso escolar é multifatorial e não deve ser reduzido a explicações simplistas, enfatizando a necessidade de intervenções integradas e colaboração entre setores para abordar o problema de maneira abrangente.

Gusmão (2013) buscou investigar como diferentes atores educacionais — Estado,



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

organismos multilaterais, sociedade civil e especialistas — conceituam “qualidade da educação”. Para isso, realizou entrevistas semiestruturadas com representantes governamentais, instituições internacionais, pesquisadores, professores e entidades sociais, analisando qualitativamente as narrativas produzidas. A pesquisa identificou múltiplas concepções de qualidade, incluindo enfoques centrados em desempenho, gestão eficiente, equidade, condições estruturais, diversidade e perspectivas críticas às políticas avaliativas. Os achados reforçam que a qualidade da educação é um conceito plural e disputado, exigindo que políticas educacionais considerem dimensões pedagógicas, sociais, culturais e estruturais, evitando reducionismos baseados apenas em avaliações externas.

Kappel et al. (2014) procuraram descrever e analisar como diversos atores da comunidade escolar — gestores, professores, estudantes, pais e auxiliares — lidam com a violência no ambiente escolar. O estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas com 27 participantes de uma escola pública, cujos dados foram examinados via análise de conteúdo. As análises revelaram que as estratégias de enfrentamento da violência variam conforme o papel exercido por cada ator, evidenciando tanto limitações quanto potências para ações conjuntas. Os resultados indicam que o fortalecimento do diálogo entre os membros da comunidade escolar pode contribuir para a construção de redes intersetoriais de enfrentamento, articulando escola, família, saúde e outros setores sociais.

Marra (2007) dedicou-se a compreender como alunos, professores e gestores percebem a violência escolar e de que forma essas percepções repercutem no cotidiano da instituição. A investigação, de caráter qualitativo, envolveu diferentes procedimentos metodológicos — como entrevistas, observações e possivelmente questionários — para captar a multiplicidade de olhares sobre o fenômeno. O estudo evidenciou uma ampla diversidade de formas de violência, incluindo manifestações físicas, psicológicas e simbólicas, bem como respostas distintas por parte dos diferentes atores escolares.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Conclui-se que a violência é percebida de maneira multifacetada e impacta significativamente o cotidiano escolar, sendo essencial que a gestão escolar inclua o diálogo com todos os envolvidos e adote práticas que considerem essa variedade de perspectivas.

2ª Classificação: Socialização e experiência escolar

Dias e Smolka (2021) exploraram as dificuldades e as oportunidades ligadas à alfabetização e à pesquisa escolar durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19. Este é um estudo teórico-analítico que investigou as abordagens pedagógicas e as interações entre alunos, educadores e pesquisadores no cenário do ensino remoto emergencial, revelando as rupturas nas práticas educativas tradicionais e a urgência de reconsiderar o papel da escola e os processos de mediação pedagógica nesse contexto de transformação.

Santos e Feldens (2019) procuraram entender a construção discursiva acerca da mulher na escola atual, adotando a genealogia como método e realizando entrevistas com professoras da educação básica. As autoras observaram que as narrativas dos docentes trazem à tona elementos fundamentais da prática docente e demonstram como diversos discursos, conhecimentos e subjetividades que envolvem o conceito de mulher são gerados e utilizados no cotidiano escolar, enriquecendo a análise das relações de gênero na educação.

Santos e Oliveira e Silva (2016), ao estudar as vivências de crianças de 4 e 5 anos em uma instituição pública de educação infantil por meio de um estudo de caso, registros de campo e materiais audiovisuais, perceberam que as crianças lidam com múltiplas lógicas de ação em suas interações tanto entre elas como com os adultos. As análises indicam que essas crianças entrelaçam suas experiências na instituição com outros aspectos de suas vidas, reforçando a visão da criança como um sujeito ativo e envolvido nos processos sociais da escola.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Rayou (2005), em uma análise teórico-sociológica sustentada por pesquisas de longa duração sobre a socialização escolar, reflete sobre a posição de crianças e jovens como figuras ativas no ambiente escolar. O autor defende que esses indivíduos não são meros receptores passivos das normas institucionais, mas sim agentes que criam práticas, valores e conflitos dentro da escola, sublinhando a importância de reconhecer seu papel na construção da vida escolar.

Dayrell (2007) aborda o vínculo entre juventude e escola ao discutir o fenômeno da socialização juvenil na atualidade, especialmente em relação aos jovens das classes populares. Através de uma reflexão sociológica, o autor delineia tensões estruturais entre a nova realidade juvenil e as maneiras tradicionais de organização escolar, destacando que, apesar dos avanços em termos de democratização escolar, a instituição ainda precisa integrar de forma mais equitativa as transformações sociais e as identidades dos jovens.

Em um estudo anterior, Dayrell (1996) sugere entender a escola como um espaço sociocultural dinâmico que abriga práticas culturais, conflitos, sujeitos históricos e processos sociais. O autor critica a simplificação do conhecimento escolar a um produto a ser transmitido, defendendo a valorização das experiências vividas pelos alunos e a interconexão entre a cultura escolar e o mundo social como aspectos centrais para compreender a escola como uma construção social.

Nadal (2011), ao refletir sobre a escola como uma entidade social, analisa seus componentes essenciais, como normas, papéis e relações de poder, que modelam práticas e identidades no dia a dia escolar. Ao examinar a institucionalização da escola, o autor enfatiza que entendê-la como um local de relações simbólicas e culturais é crucial para fundamentar políticas educacionais e abordagens pedagógicas que levem em conta sua complexidade institucional.

3ª Classificação: Diversidade e desigualdade



Revista AMAZônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Dias e Brazão (2016) se propuseram a apresentar dados parciais de uma investigação focada nas ações de inclusão de gênero e diversidade sexual, além das reflexões que essas ações geram na formação de professores em instituições acadêmicas. Para alcançar esse objetivo, adotaram uma abordagem qualitativa, utilizando um questionário que continha tanto perguntas abertas quanto fechadas em um estudo comparativo realizado na Universidade da Madeira (Portugal) e na Universidade Federal de Sergipe (Brasil). A principal categoria analisada, denominada “Inclusão de gênero e diversidade sexual no meio acadêmico”, permitiu a identificação de subcategorias e diversos fenômenos relacionados à importância da participação em iniciativas inclusivas. Os achados ressaltam a necessidade e os desafios envolvidos na promoção da inclusão de gênero e diversidade sexual na formação de professores e no ambiente acadêmico, sublinhando a relevância de práticas institucionais que favoreçam culturas mais inclusivas.

França e Ferrari (2016) buscaram problematizar como educadores homossexuais se formam em sua profissão e como interagem com a instituição escolar. A investigação baseou-se na perspectiva pós-estruturalista como uma referência teórica e metodológica, tomando como base as narrativas de sete professores(as) que se identificaram como homossexuais. As histórias evidenciam que a aceitação da identidade como professor(a) homossexual transforma a maneira de ser e agir no ambiente escolar, exigindo contínuas negociações internas e com os outros. Os achados demonstram que esses docentes criam existências que desafiam normas heteronormativas, destacando a docência como um espaço de conflitos, onde identidades afirmadas questionam crenças e lógicas binárias que estão presentes no contexto escolar.

Dafunchio (2011) teve o objetivo de descrever e investigar como alunos do ensino médio vivem a experiência escolar em meio a condições de pobreza urbana extrema e degradação ambiental, reconhecendo significados, práticas, tensões e representações



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

no cotidiano da escola. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de natureza etnográfica, utilizando observações do dia a dia, registros de campo e análise das significações elaboradas pelos estudantes e pela instituição em uma escola situada em José León Suárez. Os resultados revelam que a experiência educacional é profundamente influenciada por condições sociais adversas, fragilidade institucional e tensões pedagógicas, envolvendo mecanismos escolares que reproduzem desigualdades. Foi observado que os alunos desenvolvem tanto adaptações quanto formas de resistência — denominadas "linhas de fuga" — que são diretamente afetadas pelo contexto socioambiental moldador de suas expectativas e interações. Dessa forma, a escola se revela não só como reproduutora de desigualdades, mas também como um espaço de significado, ação e disputas, exigindo que as análises sobre escolarização em condições de pobreza considerem aspectos sociais, territoriais, institucionais e subjetivos.

Freitas Lima et al. (2024) investigaram a função da instituição escolar diante dos desafios para a construção de uma sociedade inclusiva, levando em conta a relevância da legislação, dos conceitos de inclusão e das estratégias voltadas ao atendimento de crianças com necessidades específicas. A pesquisa utilizou uma abordagem teórica e bibliográfica, fundamentada em autores como Fernandes (2007), Beyer (2006) e Cury (2005), além de legislações como a LDB nº 9394/96, o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 13.145/2015. Os achados indicam que o trabalho inclusivo nas escolas configura um processo que é contínuo e repleto de desafios, devido à carência de recursos, às resistências institucionais, às deficiências formativas e às barreiras arquitetônicas. A inclusão, ao reconhecer a diversidade do corpo discente, reafirma a posição central da escola enquanto promotora de uma sociedade mais justa. A conclusão é que educar implica tratar de maneira igual os iguais e de forma desigual os desiguais, sendo a inclusão um compromisso compartilhado que requer a colaboração de gestores, educadores e demais profissionais da área da educação.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Silva e Zanin (2024) examinaram os significados que os Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos/SC conferem à educação formal, avaliando sua conexão com as lutas territoriais, culturais e políticas do povo indígena. O estudo, de natureza etnográfica, incluiu observações e anotações de campo envolvendo crianças, educadores e membros da comunidade, com o objetivo de captar visões e práticas ligadas ao processo educativo. Os achados indicam que a instituição escolar é vista como um meio de reforço da identidade, resistência cultural e afirmação de direitos coletivos, alinhando-se às batalhas pela preservação das terras e pela autonomia. A pesquisa conclui que a educação indígena deve interagir com as iniciativas comunitárias, funcionando como um espaço fundamental de expressão política, cultural e formativa, vital para a continuidade das tradições e para o protagonismo do povo Guarani.

4ª Classificação: A escola como agente político e discursivo

Rodrigues (2019) investigou a experiência democrática em uma escola pública a partir da ótica dos diversos participantes que constituem o dia a dia escolar, com ênfase nas práticas de participação e nas interações dentro da instituição. Esta pesquisa, realizada como um estudo de caso, teve como objetivo compreender como docentes, administradores e estudantes se envolvem nas decisões e nos processos educacionais. Os achados revelaram que a gestão democrática é uma dinâmica intrincada, repleta de tensões e contradições que restringem a participação integral de todos os atores envolvidos. Apesar da presença de práticas participativas, essas nem sempre asseguram uma experiência democrática genuína. A pesquisa conclui que a escola possui o potencial de se tornar um ambiente de vivência democrática, porém ainda enfrenta obstáculos institucionais e relações de poder hierárquicas que precisam ser superados para facilitar uma participação transformadora.

Silva e Silva (2023) propuseram examinar as diversas narrativas sobre a escola contemporânea que são elaboradas na mídia, explorando a pluralidade desses discursos



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

e suas tensões, especialmente no contexto da pandemia. O estudo, baseado em Estudos Culturais em Educação, fez uma análise de manchetes e reportagens dos portais G1 e UOL veiculadas entre fevereiro e dezembro de 2020, empregando conceitos foucaultianos relacionados ao discurso e ao dispositivo pedagógico. A análise evidenciou que as narrativas dominantes colocam sobre a escola a responsabilidade de atender a várias demandas sociais, atribuindo-lhe responsabilidades que transcendem o âmbito educacional, como suprir necessidades básicas e facilitar a socialização dos alunos. Os resultados ressaltam que a escola desempenha um papel ativo e significativo na vida social cotidiana, definindo limites e possibilidades, além de estabelecendo diálogos ou conflitos permanentes com as dinâmicas contemporâneas.

Matos e Souto (2018) se propuseram a analisar as representações sociais do ambiente construídas por alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, visando subsidiar discussões sobre cidadania e meio ambiente. A pesquisa utilizou questionários e a técnica de associação de palavras, tomando “Ambiente” como o termo gerador, além de entrevistas com a gestão escolar e uma análise do Projeto Pedagógico em relação à Educação Ambiental. Os resultados mostraram que, embora os alunos se reconheçam como parte do ambiente, não estabelecem vínculos mais profundos entre a questão ambiental e aspectos políticos, sociais, econômicos e filosóficos. Além disso, essa compreensão ampliada não é refletida nas manifestações da gestão. O estudo conclui que a instituição precisa revisar seu Projeto Pedagógico para assegurar uma abordagem de Educação Ambiental que esteja em conformidade com a legislação e comprometida com uma formação cidadã mais crítica e integral.

Cunha (2020) investigou como a Educação Financeira foi implementada dentro da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), examinando o impacto do mercado financeiro na criação de conteúdos e práticas educacionais. A pesquisa foi realizada por meio de uma análise documental e crítica das diretrizes oficiais, materiais didáticos e documentos institucionais relacionados a essa política pública. Os resultados



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

mostraram uma forte influência do mercado financeiro na elaboração das políticas, que prioriza a responsabilidade individual e comportamentos de consumo como temas principais. O estudo conclui que a Educação Financeira em vigor reforça narrativas individualistas e que estão de acordo com a lógica do mercado, indicando a necessidade de abordagens mais críticas, que considerem o contexto social e se dediquem à formação cidadã.

Baptista (2019) investigou o processo de educação de pessoas com deficiência no Brasil entre os anos de 2008 e 2018, com o intuito de entender as conquistas e desafios nas políticas públicas de inclusão. A pesquisa, que adotou uma abordagem qualitativa, fez uso de análise de documentos como legislações, diretrizes, indicadores educacionais e revisão de literatura a respeito da Educação Especial. Os resultados indicam um aumento no número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, juntamente com a criação de mais normas voltadas à inclusão. No entanto, ainda existe uma considerável lacuna entre a elaboração das políticas e sua aplicação prática nas escolas. A autora destaca que, embora o aumento da inclusão seja um passo significativo, isso não garante a qualidade pedagógica; são necessárias práticas bem estruturadas, formação adequada para os docentes, recursos específicos e políticas integradas para que a inclusão seja realizada de forma eficaz e duradoura.

DISCUSSÃO

A revisão integrativa demonstra de maneira clara que a escola, como uma instituição social, não opera de forma neutra, mas é influenciada por diversas experiências, conflitos e disputas simbólicas que moldam o desenvolvimento social dos indivíduos. Os 26 documentos escolhidos, incluindo artigos e livros, mostram que as vivências escolares expõem tanto práticas que promovem uma formação democrática, inclusiva e participativa quanto mecanismos que perpetuam desigualdades, tensões e hierarquias socioculturais. As análises indicam que



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

fatores como condições socioeconômicas, diversidade étnico-racial, identidades de gênero e sexualidade, territorialidade, cultura e políticas educacionais impactam diretamente nas interações cotidianas entre professores, gestores, estudantes e a comunidade. Portanto, entender a escola como um agente social envolve reconhecer que ela é ao mesmo tempo um espaço de potencialidades e de contradições: um ambiente onde se criam significados, resistências, negociações e modos de existência, mas também onde surgem barreiras institucionais, discursos que culpam e práticas que nem sempre garantem participação justa. Esses resultados enfatizam que, para analisar criticamente o papel da escola na formação dos indivíduos, é essencial investigar suas práticas pedagógicas, processos de gestão e as experiências reais dos participantes escolares, pois é nesse entrelaçamento que surgem os desafios e as oportunidades de uma educação comprometida com a diversidade e a justiça social.

As pesquisas examinadas revelam que crianças, jovens e adultos percebem a escola não apenas como um local de aprendizado, mas como um espaço que gera significados, expectativas e práticas diárias que impactam sua formação social. Em situações de vulnerabilidade, pobreza ou em contextos de pertencimento étnico-cultural específico, a escola também se transforma em um local de resistência, adaptação ou ruptura, demonstrando que as vivências escolares são diversificadas. Estes resultados reforçam que a socialização no ambiente escolar é influenciada por relações de poder, pelas condições estruturais da instituição e pela forma como alunos, educadores e administradores se inserem e negociam seus papéis no dia a dia educacional.

A análise dos estudos indica que a variedade existente no contexto escolar é frequentemente afetada por desigualdades estruturais que impactam diretamente as interações e as oportunidades das pessoas. Identidades relacionadas à raça, etnia, gênero, sexualidade, localização e condições socioeconômicas criam



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

experiências variadas e, em diversas ocasiões, desiguais no ambiente escolar. Os materiais analisados demonstram que discursos heteronormativos, atitudes racistas, a margem de saberes indígenas, a falta de perspectivas críticas sobre questões ambientais e condições socioambientais desfavoráveis formam obstáculos à inclusão integral. Ademais, políticas educacionais que focalizam responsabilidades individuais — como a educação financeira — reforçam lógicas excludentes que se correlacionam com o mercado. Portanto, a diversidade, se não for acompanhada de práticas pedagógicas e de gestão que se comprometam com a equidade, tende a reproduzir desigualdades, evidenciando a necessidade de abordagens que reconheçam e valorizem as diferenças como elementos fundamentais na formação de cidadãos.

As pesquisas demonstram que o ambiente escolar é moldado na confluência de interações sociais, ações institucionais e forças de poder que permeiam a rotina educacional. Educadores, alunos e administradores estão envolvidos em um processo contínuo de negociação, onde identidades, narrativas e expectativas entram em conflito. Estudos sobre professores homossexuais, por exemplo, indicam que a aceitação de identidades não convencionais transforma comportamentos e desafia as normas estabelecidas na escola, criando desavenças, mas também estabelecendo oportunidades de mudança. Em cenários de pobreza extrema, fragilidade nas instituições e desigualdade social e ambiental, as tensões aumentam, evidenciando tanto medidas de controle e disciplina quanto formas de resistência e protagonismo estudantil. Esses resultados sugerem que o clima escolar não é fixo, mas sim fruto de disputas simbólicas, contradições e oportunidades, refletindo a complexidade das interações que sustentam a vida escolar cotidiana.

A análise revela que a escola funciona como um agente político e de discurso ao criar, reproduzir ou desafiar normas, valores e falas que influenciam a



Revista AMAZônica, LAPESAM/GMPEPPE/Ufam/CNPq- GPPFE/Ufam/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

sociedade. Pesquisas sobre a relação entre mídia e escola indicam que a instituição muitas vezes é vista como responsável por diversas demandas sociais, sendo considerada a solução para problemas que vão além do âmbito educacional. Em contrapartida, investigações sobre educação indígena, inclusão, meio ambiente e democracia escolar sugerem que a escola também serve como um espaço de contestação e afirmação de direitos, atuando como uma arena onde se desenvolvem resistências culturais, práticas democráticas e iniciativas de formação crítica. Nesse contexto, a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas um aparato que regula comportamentos, organiza interações e cria narrativas sobre o que significa ser estudante, cidadão ou indivíduo social. Reconhecer seu papel político é entender que suas práticas e discursos podem tanto perpetuar desigualdades como fomentar mudanças sociais relevantes.

CONCLUSÃO

A análise integrativa realizada destaca que a escola, como um agente social, se apresenta como um espaço intenso de diversidade, conflitos e evolução contínua das identidades. Ela vai além de ser apenas um local para transmissão de conhecimentos; a instituição educacional se revela como um espaço político, cultural e relacional, onde identidades, narrativas e práticas são contestadas, criadas e reconfiguradas. As pesquisas revisadas mostram que professores, alunos, gestores e outros membros da comunidade escolar interagem ativamente na escola, buscando significados e lidando com tensões que surgem das desigualdades sociais, de características identitárias, de condições estruturais difíceis e de expectativas institucionais formadas ao longo do tempo.

Nesse contexto, a diversidade se apresenta tanto como uma força quanto como um obstáculo. A presença de identidades de gênero e sexualidade alternativas, comunidades indígenas, alunos em situações de vulnerabilidade econômica, cenários de extrema pobreza, além das diversas infâncias e



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

juventudes, exige da escola a adoção de práticas inclusivas, horizontais e críticas. No entanto, os estudos indicam que essas práticas ainda coexistem com lógicas excludentes, normas padronizadas e políticas que perpetuam desigualdades, ressaltando a necessidade urgente de revisões pedagógicas, curriculares e gerenciais que se alinhem com as realidades dos indivíduos. A inclusão, a educação ambiental, a educação indígena e as ações intersetoriais surgem como elementos essenciais para ampliar a função social da escola, mas requerem compromisso político, recursos apropriados e uma formação docente robusta.

Além disso, as interações no cotidiano escolar — marcadas por conflitos, oposições, sentimentos e negociações — criam um clima institucional em constante transformação. Professores e alunos, através de suas histórias e práticas, constroem maneiras de pertencimento e contestação, mostrando a escola como um espaço de disputa simbólica e de construção democrática. Nesse sentido, reconhecer crianças e adolescentes como agentes ativos, capazes de interpretar e modificar a instituição, é fundamental para favorecer experiências escolares mais justas, interativas e participativas.

Finalmente, os resultados enfatizam que entender a escola como uma instituição social vai além de indicadores e resultados formais: é preciso considerar suas dimensões culturais, territoriais, políticas e emocionais. A escola só desempenha plenamente sua função social quando abraça a diversidade, enfrenta as desigualdades, fortalece o diálogo e promove a emancipação intelectual e humana. Portanto, conceber a escola como um agente social implica reconhecer seu potencial transformador, apoiando-se na participação coletiva, na crítica às estruturas opressoras e na elaboração de práticas que respeitem a pluralidade dos indivíduos que a compõem.

REFERÊNCIAS



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Anunciação, L. L. et al. (2022) Violência contra crianças e adolescentes: intervenções multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde na escola. *Saúde em Debate*, v. 46, esp. 3, p. 328–341. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E315>

Baptista, C. R. (2019) Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. *Educação & Pesquisa*, v. 45, p. 1–18. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>

Barros, C. L. S. & Mazzotti, T. B. (2009) Profissão docente: uma instituição psicossocial. *Educação & Pesquisa*, v. 35, n. 1, p. 165–176. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100011>

Cunha, M. P. (2020) O mercado financeiro chega à sala de aula: Educação Financeira como política pública no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 41, e218463. <https://doi.org/10.1590/ES.218463>

Dafunchio, S. (2011) La experiencia escolar de estudiantes de nivel medio en contextos de extrema pobreza urbana y degradación ambiental: Un estudio en José León Suárez. *VIII Encuentro de Cátedras de Pedagogía de Universidades Nacionales Argentinas*, Universidad Nacional de La Plata.

Dayrrel, J. (2007) A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1105–1128. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>

Dayrrel, J. (1996) A escola como espaço sócio-cultural. In: *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. UFMG. p. 136–162.

Dias, A. F. & Brazão, J. P. G. (2016) Iniciativas de promoção das discussões de gênero e diversidade sexual no contexto acadêmico: um estudo comparativo. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 9, n. 20, p. 41–52. <https://doi.org/10.20952/revtee.v9i20.5894>

Dias, D. P. & Smolka, A. L. B. (2021) Das (im)possibilidades de se alfabetizar e investigar em condições de isolamento social. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 14, p. 228–244.

Dos Santos Marra, C. A. (2007) Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola. Annablume.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Ferriani, M. G. C. & Iossi, M. A. (1998) Significado do fracasso escolar para os atores sociais que utilizam o Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar – PROASE no município de Ribeirão Preto. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 6, n. 5, p. 35–44. <https://doi.org/10.1590/S0104-11691998000500005>

Fonseca, T. S. & Negreiros, F. (2021) Psicologia escolar e educação profissional e tecnológica nos IFPIs: demandas, práticas e indícios de criticidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, p. 1–10. <https://doi.org/10.1590/2175-35392021223371>

França, F. G. R. & Ferrari, A. (2016) Mais do que professores/as, professores/as homossexuais na escola. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 9, n. 20, p. 53–68. <https://doi.org/10.20952/revtee.v9i20.5894>

Freitas Lima, T. R. Q. et al. (2024) A instituição escolar na construção da sociedade inclusiva. *Revista Foco*, v. 17, n. 4. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-042>

Gusmão, J. B. (2013) Significados da noção de qualidade da educação na arena educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 236, p. 100–124.

Kappel, V. B. et al. (2014) Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, n. 51, p. 723–735. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0882>

Matos, E. C. A. & Souto, P. H. (2018) Cidadania e ambiente: representações ambientais de discentes e o papel da instituição escolar. *Diversitas Journal*, v. 3, n. 3, p. 741–760. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v3i3.676>

Nadal, B. G. (2011) A escola como instituição: primeiras aproximações. *Olhar de Professor*, v. 14, n. 1, p. 139–150.

Rayou, P. (2005) Crianças e jovens, atores sociais na escola: como os compreender? *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 465–484. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200009>

Rodrigues, P. (2019) A escola como espaço de vivência democrática: um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, v. 45. <https://doi.org/10.1590/1517-9702201907400302>



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Santos, A. C. & Feldens, D. G. (2019) Vozes do triunfo: narrativas de si de professoras da educação básica. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 11, n. 1, p. 379–392. <https://doi.org/10.20952/revtee.v11i01.9666>

Santos, S. V. S. & Oliveira e Silva, I. (2016) Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 1, p. 131–150. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603137189>

Silva, A. C. F. & Ferreira, A. L. G. (2023) A experiência de ser adolescente na escola pública: olhares sobre as práticas educativas e a gestão escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29. <https://doi.org/10.1590/1809-43412023v29a39878>

Silva, I. D. C. & Silva, K. D. (2023) A potência da instituição escolar na contemporaneidade: olhares para as narrativas produzidas sobre a escola contemporânea. *Periódico Institucional (ULBRA)*.

Silva, I. M. M. & Zanin, N. Z. (2024) Sentidos atribuídos à educação escolar pelos Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos/SC e a articulação desse direito com outras lutas. *Educar em Revista*, v. 40, p. 1–22. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.88555>

Thapa, A. et al. (2013) A review of school climate research. *Review of Educational Research*, v. 83, n. 3, p. 357–396. <https://doi.org/10.3102/0034654313483907>

Submetido: 28/11/2025

Aprovado: 23/12/2025

Publicado: 01/01/2026

Autora

Adrielly Oliveira Aires

Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: adriellyaires.work@gmail.com: Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3259-6409>.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)